LAVRAS 5 SOLAR ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo:

Balanços patrimoniais	**3**
Demonstrações do resultado	**4**
Demonstrações do resultado abrangente	**4**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	**5**
Demonstrações dos fluxos de caixa	**6**
Notas explicativas às demonstrações financeiras	**7**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Lavras 5 Solar Energias Renováveis S.A.

Caucaia - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Lavras 5 Solar Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lavras 5 Solar Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

\acKPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de maio de 2022.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Paulo Tiago de Freitas
Contador CRC 1SP274021/O-3

\acKPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

LAVRAS 5 SOLAR ENERGIAS RENOVAVEIS S.A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa e equivalente de caixa	5	6.529	5.344
Impostos a recuperar		6	1
Adiantamento a fornecedores	6	20.042	5.069
Despesas Antecipadas		9	-
Contas a Receber		-	-
Total do ativo circulante		**26.586**	**10.414**
Cauções e depósitos vinculados	7	1.093	-
Partes relacionadas	8	4.647	-
Total realizável a longo prazo		**5.740**	**-**
Imobilizado	9	80.714	1.850
Direito de uso	10	6	17
Total do ativo não circulante		**86.460**	**1.867**
Total do ativo		**113.046**	**12.281**

Passivos	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Fornecedores	11	7.646	178
Obrigações tributárias	12	1	11
Arrendamento	10	7	12
Total do passivo circulante		**7.654**	**201**
Financiamentos	13	43.171	-
Arrendamento	10	-	6
Partes relacionadas		-	-
Total do passivo não circulante		**43.171**	**6**
Patrimônio líquido			
Capital social	14	62.274	12.158
Prejuízos acumulados		(53)	(84)
Total do patrimônio líquido		**62.221**	**12.074**
Total do passivo e patrimônio líquido		**113.046**	**12.281**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAVRAS 5 SOLAR ENERGIAS RENOVAVEIS S.A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas	(41)	(19)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**(41)**	**(19)**
Receitas financeiras	87	2
Despesas financeiras	(1)	(4)
Resultado financeiro líquido	**86**	**(2)**
Operações Descontinuadas	-	(1)
Resultado antes dos impostos	**45**	**(22)**
Imposto de renda e contribuição social	(14)	-
Resultado líquido do exercício	**31**	**(22)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAVRAS 5 SOLAR ENERGIAS RENOVAVEIS S.A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	**31**	**(22)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**31**	**(22)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAVRAS 5 SOLAR ENERGIAS RENOVAVEIS S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Prejuízos / Lucros acumulados	Total
	14	Subscrito	A integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**1.538**	**-**	**(62)**	**1.476**
Integralização de capital		10.620	-	-	10.620
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(22)	(22)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**12.158**	**-**	**(84)**	**12.074**
Integralização de capital		49.891	225	-	50.116
Prejuízo líquido do exercício		-	-	31	31
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**62.049**	**225**	**(53)**	**62.221**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAVRAS 5 SOLAR ENERGIAS RENOVAVEIS S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos impostos		45	(22)
Variações em:			
Partes relacionadas		(4.647)	-
Adiantamento a fornecedores		(14.973)	(5.068)
Impostos a recuperar		(5)	(1)
Despesas Antecipadas		(9)	-
Fornecedores		(178)	162
Obrigações tributárias		(10)	10
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**(19.777)**	**(4.919)**
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**(19.777)**	**(4.919)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado		(69.351)	(389)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(69.351)**	**(389)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamento	10	(12)	(8)
Captação de financiamentos	13	41.302	-
Aumento de capital	14	50.116	10.620
Cauções e depósitos vinculados	7	(1.093)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**90.313**	**10.612**
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**1.185**	**5.304**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	5.344	41
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	6.529	5.344
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**1.185**	**5.304**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Lavras 5 Solar Energias Renováveis S.A., é uma Sociedade por ações de capital fechado regida pelo Estatuto Social, Lei 6.404, de 15.12.1976, constituída no Brasil em 4 de maio de 2018, estabelecida na Rodovia BR 222 - Fazenda Lavras Gleba 05, Caucaia, Ceará.

A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração do parque de geração de energia por fonte fotovoltaica.

A Companhia é controlada integralmente por Lavras Holding S.A., as atividades operacionais estão previstas para iniciar em agosto de 2022. A controladora final da Companhia é a Nebras do Brasil Investments 1 Ltda.

1.1. Projeto de geração solar

Projeto	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
Lavras 5	Portaria 358	22/08/2018	35 anos	26,8

1.2. Contrato de venda de energia

Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratato (Mw/h)	Índice de reajuste	Prazo	Data de início	Mês de reajuste
LEN(*) 01/2018	6.2	118,05	IPCA	20 anos	01/01/2022	dezembro

(*) Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Adicionalmente, toda a energia contratada no Ambiente de Mercado Regulado, conforme os contratos do CCEAR, foram descontratados no leilão do MCSD** em 01 de junho de 2021 e terão seu início em 01 de janeiro de 2023.

(**) Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit

1.3. Impactos da Covid

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e conclui que não são detectados riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações, tendo em vista que a Companhia detém contrato de venda de energia firmados antes do evento da COVID-19 que estão assegurados pela CCEE. Mesmo com as restrições da pandemia, a curva de produção não foi afetada tendo em vista que dependemos única e exclusivamente da irradiação solar e comandos que são realizados remotamente, e não há, até o momento, nenhuma evidência de inadimplência por parte de nossos clientes.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão dessas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 13 de maio de 2022.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado nota explicativa 15, quando aplicável.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 10: principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Imobilizado
Ativos imobilizados adquiridos separadamente são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da depreciação acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Inclui os gastos iniciais do projeto como obtenção de licenças, pesquisas, taxas de bancos para captação de empréstimos e outros. A vida útil dos ativos foi avaliada pela Companhia como definida. Ativos com vida útil definida são depreciados ao longo da vida útil econômica e são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O período e o método de depreciação de um ativo de vida útil definida são revistos anualmente. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de depreciação, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Até que a Companhia inicie suas operações comerciais, todas as aquisições de ativo imobilizado são registrados na rubrica de imobilizado em construção.

b. Redução ao valor recuperável (*Impairment)*

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros
O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. No exercício findo em

31 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

c. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros
Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros
Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros foram classificados como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros classificados nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido

quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de uma passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa n° 15.

d. Imposto de renda e contribuição social correntes
O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A base de presunção é de 32% para serviços e de 8% para comercialização e distribuição.

e. Arrendamentos
No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre financiamento como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10% a.a.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (alteração ao CPC 23).

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	10	-
Aplicações financeiras (a)	6.519	5.344
	6.529	**5.344**

(a)Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa. Sua rentabilidade é variável e está vinculada a movimentação da conta, com rendimento de 100% do CDI

6 Adiantamento a fornecedores

	2021	2020
Adiantamento a fornecedor	20.042	5.069

Referem-se a valores contratados, adiantados aos fornecedores dos projetos para construção dos parques fotovoltaicos.

7 Cauções e depósitos vinculados

Depósitos referentes à conta reserva e conta garantia referente ao empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste, reajustado mensalmente pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O rendimento anual das cauções e depósitos vinculados foi de 100% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (100% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Cauções e depósitos vinculados	1.093	-

Os cauções e depósitos vinculados acompanham o cronograma de vencimento dos financiamentos conforme divulgado na nota explicativa nº 13.

8 Transações com partes relacionadas

A Companhia usualmente possui saldo
s a pagar ou receber com companhias do mesmo grupo, usualmente liquidados no mês subsequente.

i. Contas a receber de partes relacionadas

	2021	2020
Lavras 1 Energias Renováveis S.A (a)	1.399	-
Lavras 2 Energias Renováveis S.A (a)	3.248	-
Total	**4.647**	**-**

(a) Os saldos a receber referem-se a compartilhamento de gastos realizados entre a Companhia e suas partes relacionadas/acionistas. Referem-se substancialmente, ao reembolso de gastos liquidados integralmente por uma Companhia centralizadora, e são repassados as demais. Esses gastos envolvem basicamente os gastos de aquisição de imobilizado em andamento, e outras despesas.

ii. Remuneração da administração

A administração é composta pela Diretoria Estatutária. Sua remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi paga pela controladora, Nebras do Brasil Investments 1 Ltda.

9 Imobilizado em andamento

O valor registrado neste grupo equivale às todas as despesas necessárias para a construção da usina. Após a conclusão do projeto, o saldo será reclassificado integralmente para Ativo Imobilizado.

	Saldo em 31/12/2020	**Adição**	**Saldo em 31/12/2021**
Imobilizado em construção	1.850	78.864	80.714
Total do ativo imobilizado	**1.850**	**78.864**	**80.714**

	Saldo em 31/12/2019	**Adição**	**Saldo em 31/12/2020**
Imobilizado em construção	1.452	398	1.850
Total do ativo imobilizado	**1.452**	**398**	**1.850**

10 Direito de uso e arrendamento

A Companhia atua como arrendatária em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se em construção. Desde 1º de janeiro de 2020 a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

A movimentação do direito de uso em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2020	**Adição**	**Amortizações**	**Valor líquido em 31/12/2021**
Ativo de direito de uso				
Arrendamento terrenos	17	-	(11)	6
Total do ativo	**17**	**-**	**(11)**	**6**

	Valor líquido em 31/12/2019	Adoção inicial	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo de direito de uso				
Arrendamento terrenos	-	25	(8)	17
Total do ativo	**-**	**25**	**(8)**	**17**

Composição dos saldos de passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo de arrendamento	7	18
Total	**7**	**18**
Circulante	7	12
Não circulante	-	6

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2020	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2021
Passivo de arrendamento				
Arrendamentos terrenos	18	(12)	1	7
Total	**18**	**(12)**	1	**7**

	Valor líquido em 31/12/2019	Adoção inicial	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2020
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos terrenos	-	25	(8)	1	18
Total	**-**	**25**	**(8)**	1	**18**

11 Fornecedores

	2021	2020
Materiais e serviços	7.646	178
Total	**7.646**	**178**

Referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo da construção dos parques de energia fotovoltaica. Os principais fornecedores da Companhia referem-se a Weg Equipamentos Elétricos S.A, Canadian Solar Brasil e Stinorland Brasil Ltda.

12 Obrigações tributárias

Impostos a recolher	2021	2020
IR retido sobre serviços	4	3
INSS Retido	-	2
ISS Retido	(5)	4
Pis/Cofins Retido	2	2
Total	**1**	**11**

13 Financiamentos

A Companhia firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), pela linha de crédito PROINFRA, mediante abertura de crédito no valor de R$ 43.171 que deverá ser parcialmente creditado ao longo do exercício de 2021.

Financiamentos	Taxa de Juros Efetiva	Vencimento Final
Financiamentos BNB	1,41 % a.a	15/01/2042
Total		**43.171**
Circulante		-
Não Circulante		43.171

A movimentação do financiamento aconteceu da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Juros	1.869
Captação	41.302
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**43.171**

A- Obrigações Contratuais – *Covenants*

O contrato de financiamento não possui cláusulas restritivas financeiras ("covenants") vigentes em 31 de dezembro de 2021. Estas, por sua vez, passarão a viger somente quando da conclusão física e financeira do projeto.

B- Garantias

As garantias de financiamento são as usuais para estrutura de financiamento de projetos.
Os contratos de financiamento têm como garantia fianças bancárias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reserva, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos.
Atualmente, a Companhia possui contrato fiança com o Banco Itaú e conta garantia com o Banco do Nordeste, garantindo 100% do saldo devedor do crédito concedido.

C- Cronograma de pagamento da dívida

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

Não Circulante	
2023	974
2024	1.251
2025	1.360
2026	1.464
2027 à 2042	38.122
Total	**43.171**

14 Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R$ 62.274 (R$ 12.158 em 31 de dezembro de 2020) representado por 62.273.720 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela acionista Lavras Solar Holding, detentora de 100% das ações.

Durante o ano de 2021, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia no montante R$ 50.116, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 50.115.885 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em janeiro, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R$ 6.608, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 6.608.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em janeiro, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R$ 28.020, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 28.020.019 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em novembro, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R$ 13.907, totalmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 13.906.500 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em dezembro, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante R$ 1.356, parcialmente subscrito e integralizado pela controladora, mediante a emissão de 1.355.791 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Dos valores aportados mencionados acima ainda permanece a ser integralizado o montante de R$ 225.

15 Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das

taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez da Companhia.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2021			
	Nota	**Custo Amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**	**Nível**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Cauções e depósitos vinculados	7	-	1.093	Nível 2
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e bancos	5	6.529	-	
Partes relacionadas	8	4.647	-	

	31/12/2021		
	Nota	**Outros passivos financeiros**	**Nível**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo			
Fornecedores	11	7.646	
Financiamentos	13	43.171	Nível 2

	31/12/2020			
	Nota	**Custo Amortizado**	**Valor justo por meio do resultado**	**Nível**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e bancos	5	5.344	-	

	31/12/2020		
	Nota	**Outros passivos financeiros**	**Nível**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo			
Fornecedores	11	178	

b. Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2021		
	Nota	**Valor contábil**	**Valor justo**
Passivos financeiros não mensurados a valor justo			
Financiamentos (a)	13	43.171	43.171

	31/12/2020		
	Nota	**Valor contábil**	**Valor justo**
Passivos financeiros não mensurados a valor justo			
Financiamentos (a)	13	-	-

(a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seu financiamento é similar ao valor contábil, devido ao fato de que as taxas do financiamento são subsidiadas pelo BNB.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.
.

A Companhia entende que valor justo de fornecedores, por possuir vencimentos de curto prazo e não estar vinculado a índices variáveis, reflete seu valor contábil e não foi incluído na tabela acima

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

i. Risco de mercado

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco

Análise de Sensibilidade

Com base nos dados disponíveis do Banco Central e Bradesco, foi extraída a projeção do indexador IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos financiamentos.

Risco de aumento (passivo)	Índice	31/12/2021	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	IPCA (a)	41.302	2.664	3.330	3.996

(a) Índice de Proteção ao Consumidor Amplo - Fonte: Relatório Focus do Banco Central

ii. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Ativos financeiros	**2021**	**2020**
Caixa e equivalente de caixa	6.529	5.344
Cauções e depósitos vinculados	1.093	-
Partes relacionadas	4.647	-

iii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

		Fluxos de caixa contratuais				
31/12/2021	Valor contábil	Fluxo financeiro	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	7.646	7.646	7.646	-	-	-
Arrendamento	7	12	12	-	-	-
Financiamento	43.171	45.041	-	974	7.348	36.719

16 Informações complementares do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia estão demonstradas a seguir:

	2021	**2020**
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa		
Adições de ativo imobilizado não liquidadas no encerramento do exercício	7.646	178
Capitalização de juros de financiamentos (nota 13)	1.869	-
Capitalização de juros de arrendamentos (nota 10)	1	(1)
Amortização de direito de uso de terrenos (nota 10)	11	7

17 Eventos Subsequentes

A – Em 25 de fevereiro de 2022, ocorreu desembolso de uma parte do crédito obtido junto ao Banco do Nordeste, no valor de R$ 3.740, aumentando o valor do principal da dívida de R$ 41.302 para R$ 45.042.

* * *